



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA MULHER E DO IDOSO, DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e quarenta e dois minutos no Plenarinho 2 das Comissões, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniu-se sob a **Presidência da Senhora Deputada Doutora Taíssa** a Comissão de Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, com a presença dos Senhores Deputados **Cláudia de Jesus, Ieda Chaves, Delegado Camargo e Pedro Fernandes**. A Senhora Presidente registrou a ausência justificada dos Senhores Deputados Ismael Crispin e Rosângela Donadon. Estavam presentes também as convidadas **Heline Abreu Braga do Nascimento**, da Comissão de Mães Atípicas MARIAS e **Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin**, do Instituto Cuidar e Desenvolver. Havendo número regimental, a Senhora Presidente deu por aberta a reunião e pediu ao Senhor Deputado Delegado Camargo para fazer a leitura da ata da reunião anterior. A Senhor Deputado pediu a dispensa da leitura da ata, que ficou aprovada por unanimidade. Ato contínuo, a Senhora Presidente fez a distribuição do **Projeto de Lei Ordinária nº 22/2023**, de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo, que “dispõe sobre a proteção a mulheres e meninas nas atividades desportivas no âmbito do Estado de Rondônia,” para a Senhora Deputada Cláudia de Jesus emitir relatório. Ato contínuo, a Senhora Presidente agradeceu a presença das convidadas para que esse debate sobre crianças atípicas aconteça e passou a palavra à Senhora Heline, que cumprimentou a todos e agradeceu o convite e a oportunidade de promover diálogo sobre a causa. A Senhora Presidente, primeiramente, relatou como ela havia trazido perguntas a serem feitas sobre a causa das crianças atípicas, sendo a primeira delas sobre como os pais avaliavam o sistema educacional de Rondônia no que diz respeito ao suporte oferecido às crianças neuroatípicas e quais os principais desafios que são enfrentados no âmbito escolar. Para a responder, a Senhora Heline iniciou a fala com uma breve contextualização da síndrome do espectro autista e os estudos científicos e comprovados feitos na área, desmistificando ideias errôneas sobre a síndrome, e como tal pauta é transversal. A Senhora Heline explicou como no ano passado, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) fez uma auditoria operacional no sistema de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ensino estadual e constatou falhas nas políticas públicas que englobam essa comunidade e produziu um relatório que relata uma série de gargalos no ensino, que podem ser usados para a construção de um plano de ação. Nessa linha, a Senhora Heline continuou expressando que a comunidade de pais de crianças atípicas considera a escola um local de violência, não só para a comunidade quanto para os profissionais, considerando que esses não são adequadamente treinados para suprir as necessidades de crianças neurodivergentes, e que seria importante revisitar os currículos de formação de tais profissionais, assim como não há ainda um sistema de inclusão otimizado para a comunidade de neurodivergentes. O Senhora Heline explicou também como atualmente a ciência comprova que a método mais adequado para lidar, na sala de aula, com crianças neuroatípicas seria a Análise do Comportamento Aplicado (ABA), que não é fornecida nem no sistema estadual nem municipal. Porém, a Senhora Heline apontou que no sistema municipal há mais diálogo em relação a esse tema. Além disso, a Senhora Heline explanou que a comunidade segue tentando trabalhar tanto com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) quanto com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e que apresentou, em audiência pública sobre o Plano Plurianual (PPA), uma lista de melhorias que seria prioridade a primeiro momento, sendo algumas delas: a ampliação do número de cuidadores num sistema um para um; a criação do cargo de mediador de ensino ou mediador pedagógico, que é contemplado pela Lei Brasileira de Inclusão e a necessidade da capacitação com base em evidências científicas, tópico que a Senhora Heline pediu que a Senhora Klivianny explicasse com mais detalhes. A Senhora Presidente passou a palavra a Senhora Klivianny, que falou como a SEDUC havia contratado uma pós-graduação sem base em evidências científicas que seria o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits de Comunicação (TEACCH), prática emergente, ao contrário da cientificamente comprovada ABA, empregando dois milhões e duzentos mil reais de recursos do estado e que, na prática, não atingiria bons resultados nas salas de aula. Assim, a Senhora Klivianny contou, a comunidade atípica agiu e dialogou com a Secretária de Estado da Educação Ana Lúcia S. S. Pacini e, por consequência, a SEDUC decidiu avaliar a possibilidade de suspender tal pós-graduação e talvez lançar novo edital fundado em base científica. Com relação ao cargo de mediador pedagógico, a Senhora Klivianny explicou como em torno de 2018 ou 2019 a comunidade criou uma minuta com um anteprojeto de lei para a criação deste cargo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

minuta esta que foi encaminhada pelo Senhor Deputado Cirone Deiró na época. A Senhora Klivianny pediu que tal proposta fosse endossada, que esta Casa de Leis trabalhasse para que esse projeto pudesse se concretizar, sendo aprovado e colocado em prática, considerando o quanto tal cargo é importante. A Senhora Heline retomou a palavra e partiu ao segundo questionamento trazido pela Senhora Presidente, sendo este quais são as principais dificuldades em relação aos serviços de saúde e a educação especializada no nosso estado. Com a situação da educação já contextualizada, a Senhora Heline passou à questão da saúde, falando sobre como a comunidade protocolou na SESAU um requerimento sobre o Mutirão do Fecha Laudo, que focaria em emitir diagnósticos tempestivos, feitos por uma equipe multidisciplinar, que evitariam uma espera de diversos anos para fechar o laudo de uma criança e explicou como tal mutirão ajudaria toda a comunidade, assim como o laudo é importante para que as famílias possam acessar as políticas públicas voltadas a essas crianças. A Senhora Heline pediu apoio dos deputados a essa ação. A oferta de profissionais também é outro gargalo: não há profissionais para suprir a demanda de atendimentos e emissão de laudos, segundo a Senhora Heline. A Senhora Presidente retomou a palavra para fazer a apresentação de requerimentos de informações em relação a tudo tratado até este momento nesta reunião. À SEDUC: esclarecer o que foi implantado em relação à Lei Brasileira de Inclusão direcionada ao mediador pedagógico e qual foi o plano de ação; qual foi a providência tomada pela SEDUC, através do governo do estado, após o requerimento do senhor deputado Cirone Deiró em relação à minuta do mediador pedagógico; esclarecer qual é a base científica para pós-graduação voltada para o autismo, de custo de mais de dois milhões de reais, contratada pela SEDUC; qual a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão em relação ao mediador pedagógico. À SESAU: qual a providência tomada por esta Secretaria para a emissão de laudos para crianças autistas; qual a providência tomada por esta Secretaria para a contratação de equipe multidisciplinar. E ao TCE-RO um pedido solicitando o relatório elaborado pelo Tribunal que trata da educação inclusiva a crianças neurodivergentes, constatando os gargalos encontrados, fruto da auditoria operacional no sistema de ensino do estado de Rondônia. Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Após a aprovação, a Senhora Presidente retornou a palavra à Senhora Heline, que continuou a explanação sobre atendimentos de saúde para crianças atípicas. A Senhora



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Klivianny, ainda, pediu apoio dos deputados e principalmente da Senhora Deputada Ieda Chaves, por sua proximidade com o município de Porto Velho, sobre a questão das filas de regulação, que contam com pacientes oriundos do sistema estadual e do sistema municipal e que, atualmente, a fila para um atendimento com o neuropediatra conta com mais de três mil pessoas. Ato contínuo, a Senhora Klivianny sugeriu uma ação conjunta com a SESAU e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) para solucionar esse problema. A Senhora Deputada Ieda Chaves afirmou que está totalmente à disposição para trabalhar junto à comunidade e que em participação em uma das reuniões da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social nesta Casa de Leis foi tratado o assunto das filas de regulação em relação às cirurgias, o que poderia ser feito, também, para outros atendimentos, a partir de um trabalho conjunto dos Secretários de Estado e Municipal. Em tempo, a Senhora Deputada perguntou se o laudo de criança atípica pode ser feito por telemedicina. A Senhora Klivianny respondeu que sim e explicou como isso poderia ajudar na fila de laudos. A Senhora Deputada relatou como houve reuniões da Prefeitura de Porto Velho com a SEMUSA onde a Secretaria apresentou ao prefeito empresas que trabalham com telemedicina, inclusive do Hospital Israelita Albert Einstein, e como isso é algo que, se possível, pode ser ampliado para abarcar a necessidade da comunidade de crianças atípicas em Rondônia, sanando não só a falta de profissionais como a dificuldade de levar os profissionais existentes ao interior. A Senhora Heline concordou com a ideia e disse que por este motivo a comunidade apresentava a ideia de um mutirão itinerante e explicou como o laudo por telemedicina é, sim, um avanço, mas frisou a complexidade de se laudar uma pessoa autista e que tal laudo é clínico que depende, muitas vezes, de observação presencial. A Senhora Deputada Ieda Chaves disse que entendia que, numa situação ideal, todos os profissionais necessários para laudar e tratar crianças e adultos atípicos estariam disponíveis, mas que, infelizmente, num espaço curto de tempo seja necessário achar uma alternativa que seja exequível e que venha a ajudar no diagnóstico o mais cedo possível, evitando que anos se passem e oportunidades de tratamento sejam perdidas por falta de laudos. A Senhora Deputada, também, levou uma pergunta ainda sobre a questão educacional, se a comunidade possuiria algum estudo científico onde os senhores deputados poderiam se basear para fazer indicações à SEDUC para que a Secretaria possa adicionar as especificidades necessárias ao edital de pós-graduação, a fim de evitar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

investimentos perdidos, além de que, sendo um processo de licitação, o menor preço é o vencedor, porém abrangendo todos os pontos no edital, logo, se o edital não for detalhado o suficiente uma empresa não adequada pode vencer, prejudicando todo o processo. A Senhora Heline disse que nem sempre o menor valor é o mais vantajoso, infelizmente, e pode comprometer muito os serviços oferecidos. A Senhora Deputada concordou e disse que sua fala foi nesse mesmo sentido, pois se a SEDUC fizer um edital baseado em dados científicos, com requisitos extensivamente detalhados, as empresas que baixarem seus preços apenas a fim de ganhar a licitação seguirão sendo desclassificadas justamente por não atender às especificidades do edital. Um edital sem tantos detalhes não seria ideal, considerando que a partir do momento que uma empresa ganha, tal coisa não pode ser mudada sem chamar atenção dos órgãos de controle. A Senhora Presidente concordou com a fala da Senhora Deputada Ieda Chaves, pois há todo um processo de fiscalização a ser respeitado, logo é importante fixar requisitos prévios para o edital que atendessem bem às necessidades da comunidade. Ato contínuo, a Senhora Presidente disse que via, também, como falta muita orientação, não só no ambiente escolar ou na área de saúde, mas em todos os lugares e, por isso, a Senhora Presidente faria um convite de uma frente de trabalho para montar uma cartilha orientativa e educativa para a sociedade, abrangendo vários assuntos, com a SESAU, a SEDUC, o Ministério Público (MP), o TCE-RO, a Defensoria Pública (DP-RO) e todos os Deputados desta Casa de Leis e outras autoridades, pois por meio da conscientização se combate o preconceito. A Senhora Deputada Ieda Chaves pediu a palavra para adicionar como ela está movimentando um projeto de lei e uma indicação à Mesa Diretora desta Casa que visam a incorporação da nomenclatura Pessoa com Deficiência (PcD), termo correto, ao invés de “portadores de deficiência”, em toda documentação oficial. A Senhora Klivianny pediu a palavra para explicar como a comunidade protocolou um documento junto à SEDUC para servir de orientação na elaboração do edital para pós-graduação voltada a educação de crianças atípicas, que também será encaminhado a esta Casa de Leis, para que os Senhores Deputados possam acompanhar. A Senhora Heline também lembrou que o mês de maio é o mês da mãe atípica e que nunca houve ação do estado em relação à semana da mãe atípica. A Senhora Klivianny adicionou que falta apoio às mães, que carregam, majoritariamente, a responsabilidade do cuidado da criança atípica. A Senhora Deputada Ieda Chaves, então,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

falou que solicitou um estudo a fim de montar futuro projeto de lei para a destinação de recursos, através da SEDUC, para que se trabalhe com as mães atípicas dentro das escolas. A Senhora Presidente falou sobre como iria ao encontro que essa fez ao governador sobre qual o orçamento destinado para a causa de crianças atípicas, incluindo profissionais. A Senhora Presidente também solicitou à SESAU qual o plano de ação para divulgar para a sociedade a validação do laudo pela telemedicina e, por fim, agradeceu aos presentes pelo debate. A Senhora Deputada Ieda Chaves agradeceu à Senhora Presidente pela iniciativa de chamar ativistas da causa de mães atípicas e, também, convidou a Senhora Presidente para que, juntas, façam uma ação ampla no mês de maio, mês das mães atípicas, nesta Casa de Leis. A Senhora Presidente aceitou o convite e nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, a Senhora Presidente convocou reunião para o dia vinte e cinco de abril do corrente ano, no Plenarinho 2 das Comissões, no horário regimental. Às nove horas e quarenta minutos, do dia dezoito de abril do ano dois mil e vinte três, a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião. Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pela Senhora Presidente.

Assinatura manuscrita em azul, localizada no lado direito da página.